

Turismo Pedagógico na Restinga (Porto Alegre, RS)

Hernanda Tonini¹

Márcio Vinicius Ferreira²

Mirelle Barcos Nunes³

Resumo: O presente artigo relata os resultados do projeto “Turismo fazendo escola: ressignificação de elementos naturais e culturais na Restinga”, cujo objetivo foi identificar, por meio de análise comparativa, a percepção de um grupo de estudantes do bairro Restinga, em Porto Alegre, acerca do patrimônio. Mediante ações educativas relacionadas ao turismo – entendidas como práticas de Turismo Pedagógico em função da contribuição no processo ensino-aprendizagem – foram realizadas visitas a atrativos turísticos e palestras com um grupo de estudantes com dificuldade de aprendizado (grupo A), estimulando uma ressignificação dos espaços e costumes da comunidade. A pesquisa ocorreu em três etapas: 1) palestras sobre patrimônio natural e cultural para o grupo A; 2) visitação a atrativos turísticos locais buscando uma ressignificação pelo grupo A; 3) aplicação de um questionário para o grupo A e para um grupo não participante das atividades 1 e 2 (grupo B). As palestras e passeios realizados não mostraram ser suficientes para que os alunos do grupo A percebessem a diferença entre elementos naturais e culturais, sendo necessário um trabalho mais aprofundado. No entanto, o fato de conhecerem os locais aproximou-os dos conceitos trabalhados nas palestras, e, principalmente, oportunizou a vivência de um momento de lazer, abrindo novas oportunidades e novos olhares para estas crianças cujos direitos são, na maioria das vezes, roubados, em função da vulnerabilidade social em que (sobre)vivem.

Palavras-chave: turismo pedagógico. Patrimônio. Ressignificação.

¹ Bacharel em Turismo (UNISUL), Mestre em Turismo (UCS). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Restinga. E-mail: hernanda.tonini@restinga.ifrs.edu.br.

² Técnico em Guia de Turismo. E-mail: marcio.ferreira@restinga.ifrs.edu.br.

³ Bacharel em Turismo (PUC), Mestre em Processos e Manifestações Culturais (FEEVALE). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Câmpus Restinga. E-mail: mirelle.barcos@restinga.ifrs.edu.br.

Introdução

Nas últimas décadas, o turismo vem sendo encarado como atividade propulsora da economia de regiões menos favorecidas. Mais recentemente e com frequência, pesquisadores questionam se essa premissa é real, visto que na maioria dos casos o turismo perpetua uma situação de desigualdades. No entanto, a atividade permanece figurando como elemento desenvolvimentista, fortalecendo tal idéia principalmente em regiões onde a comunidade participa ativamente nas decisões e na elaboração das propostas acerca do turismo.

Com base neste último aspecto, diversos projetos estão sendo realizados em localidades brasileiras cujo interesse é fortalecer o turismo de forma a produzir maiores efeitos positivos para a comunidade local: é o chamado Turismo de Base Comunitária. Este modelo vem se constituindo como uma tendência mundial de ressignificação de espaços até então isolados ou de exclusão, com protagonismo de gestão das próprias comunidades em resposta ao turismo de massa. Segundo o Ministério do Turismo Brasileiro (MTur, 2010, p. 16), trata-se de “um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade.”

A partir da compreensão de que a educação é um processo de construção de saberes capaz de constituir cidadãos em diferentes perspectivas, tem-se que esse mesmo processo é condição *sine qua non* para o sucesso e desenvolvimento de qualquer comunidade. É através da possibilidade de variadas formas de aprendizagem que a sociedade se organiza e planeja seu próprio futuro. Desse modo, entende-se que é refletindo acerca do planejamento que projetos voltados à educação dos cidadãos devem ser implantados, ampliando o horizonte para perceber no turismo não apenas uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades, mas principalmente uma forma de proporcionar ressignificação e valorização para estes mesmos indivíduos na coletividade.

A sensibilização da comunidade local – ainda na infância – para percepção de seus “bens” é uma forma de desenvolver o sentimento de valorização e preservação do patrimônio cultural e natural da própria comunidade. Nesta perspectiva, o artigo apresenta os resultados do projeto

“Turismo fazendo escola: ressignificação de elementos naturais e culturais na Restinga”, realizado no ano de 2011, em uma escola no bairro Restinga, com o objetivo de estimular nas crianças um novo significado para o patrimônio local, favorecendo seu envolvimento, valorização e preservação.

O bairro Restinga, um dos mais populosos da capital, está localizado na zona sul, distante 22 quilômetros do centro de Porto Alegre. Circundado por morros e com características essencialmente rurais no passado, a região agora é fortemente urbana, resultado de uma história que começou na década de 1960 com a remoção de famílias que viviam em áreas de invasão na região central da cidade de Porto Alegre e que estavam “impedindo” – aos olhos do governo da época – o desenvolvimento urbano, a modernização (Monteiro, 1995). Com isso, tornou-se um bairro excluído de políticas públicas, principalmente de cunho social, onde a pobreza, a violência e o tráfico de drogas foram impondo sua própria dinâmica e fortalecendo uma imagem negativa sobre o local.

Hoje, entre a nomeação de Velha e Nova, a Restinga é um universo de paradoxos e um mosaico cultural. A forma de organização de movimentos comunitários e autogestionados em um bairro cuja história é marcada pelo abandono político, produziu identidades e exige visibilidade. O orgulho de ser “da Tinga”, manifestado no próprio slogan do Carnaval da escola de samba Estado Maior da Restinga – “Tinga, teu povo te ama” – configura um cenário de afirmação de uma comunidade que, muitas vezes, contrasta com notícias de capa de jornais de grande circulação sobre assassinatos e tráfico de drogas, nesse bairro onde muitas crianças sem acompanhamento familiar encontram apoio e compreensão apenas dentro da escola.

Educação e cidadania através do Turismo Pedagógico

Qual é a importância do turismo pedagógico? Como desenvolvê-lo de forma atrativa e objetiva na escola, sem perder o foco educativo em meio a um momento de lazer? Como contemplar uma proposta de turismo pedagógico em escolas localizadas em comunidades carentes?

Tais questionamentos resultaram em um projeto que fosse ao encontro das necessidades dos alunos da Restinga, envoltos por uma condição de vulnerabilidade social, o que dificulta o aprendizado na escola. Percebeu-se que, dada a localização geográfica do bairro, os tradicionais espaços de lazer do município não estão ao alcance das crianças moradoras da Restinga e isso as impede de perceber que são bens coletivos e, o que é pior, essas crianças sequer percebem-se como parte da coletividade.

O turismo pedagógico é uma atividade recente no Brasil, no entanto a realização de viagens de cunho educacional data do século XVIII, chamadas de *Grand Tour*. Através delas, filhos de nobres realizavam roteiros culturais nas principais cidades da Europa, objetivando aperfeiçoar seus estudos. Segundo Beni (2002), esta prática é um recurso necessário à educação e é amplamente utilizada nos Estados Unidos por colégios e universidades particulares, sendo adotada no Brasil primeiramente por algumas instituições particulares de ensino – frequentadas por crianças cuja família detinha maior poder aquisitivo – que organizavam viagens culturais com o acompanhamento de professores, como parte do currículo. No entanto, tal prática tem sido reconhecida como relevante no processo ensino-aprendizado, de modo que muitas instituições, públicas e privadas, estão desenvolvendo projetos relacionados às “viagens” de conhecimento, de acordo com sua disponibilidade de realização, visto que envolvem a questão financeira.

Na sociedade atual, obter a atenção dos alunos utilizando métodos formais de educação tornou-se um desafio aos professores. A criatividade em sala de aula é fundamental para que crianças e adolescentes desenvolvam o interesse em aprender, o que torna a educação não formal uma grande aliada no ensino. Gohn (2006, p. 28) entende por educação não formal “aquela que se aprende no ‘mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.”

Caracterizado por ser uma estratégia de aquisição de conhecimentos não formal e externa ao ambiente escolar, ou seja, realizada fora dos muros da escola, o turismo pedagógico vai ao encontro do conceito proposto por Gohn (2006) visto que durante as visitas os alunos *participam* da realidade, experimentando a história, a geografia, a arte, entre outras ciências, que passam a

ter significado diferente daquele que é apenas imaginado entre as quatro paredes de uma sala de aula. De acordo com Hora & Cavalcanti (2003, p. 225):

As formas de relevo em uma aula de geografia estarão à vista, poderão ser percorridas; os impactos da poluição serão sentidos de perto em uma aula de campo sobre o meio ambiente; a aula de história ganhará forma nos monumentos históricos da cidade; as formas geométricas ganharão fascínio nas fachadas dos prédios e nos terrenos, enfim, são inúmeras as possibilidades educacionais do turismo pedagógico.

Enquanto a educação formal ocorre de maneira regulada – com leis e diretrizes –, a educação não formal oportuniza a vivência do conhecimento em seu habitat natural, construído coletivamente e de acordo com o contexto em que se desenvolve (Gohn, 2006).

Segundo estudos de Moreira, Ayilés & Valle (2009) na Espanha, o turismo pedagógico é especializado em viagens onde os turistas não têm o propósito de apenas conhecer o lugar, mas principalmente de aprender sobre o entorno visitado, sem as características restritas e formais do aprendizado tradicional, fazendo uso das diferentes opções proporcionadas pela evolução da educação. Tal evolução, como alerta Freire (1996), atenta para o fato de que o professor não é responsável por transferir o conhecimento, mas sim de buscar alternativas para que o próprio aluno construa este conhecimento. Em prol desta construção, Machado (2011) afirma que “a melhor forma de desenvolver a capacidade crítica em um indivíduo é ensinando-lhe a fazer perguntas à realidade.” Assim, cada vez mais se reafirma a importância de ferramentas em que o aluno possa conhecer *in loco* a realidade, articulando saberes e vivências como forma de desenvolver-se como cidadão pensante, estabelecendo relações entre sujeito e experiência vivida, conforme destaca Bonfim (2010).

Este tipo de prática proporciona uma atitude proativa por parte dos alunos, a partir do momento em que os mesmos entram em contato com a realidade de cada local visitado. Perinotto (2008) percebe no turismo pedagógico uma ferramenta para a formação de cidadãos, pois a atividade possibilita a construção de valores éticos, capacidade de iniciativa e solidificação de amizades, respeito ao outro e fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo.

Além de ser uma prática educativa mais dinâmica, Bonfim (2010) afirma que durante as saídas as relações sociais entre professores e alunos ficam menos formais, pois quebra a rigidez de um método em que o professor sempre fala enquanto o aluno escuta, facilitando o processo de socialização e integração. Embora o turismo pedagógico apresente muitos aspectos positivos, a autora ressalta a importância de existir significado às aulas extraclasse, que se tornam referências reais acerca do que está sendo abordado teoricamente.

Com isso, atinge-se parte dos objetivos do turismo pedagógico, como sendo o responsável por transportar o conhecimento teórico para a realidade, proporcionando paralelamente momentos de lazer e sociabilização. Mas esta atividade vai muito além da experiência do conhecimento na vida, pois “a educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo (Gohn, 2006, p.29).”

No que tange aos benefícios do turismo pedagógico com relação ao aprendizado dos alunos, Milan (2007, p.32-33) após realizar uma pesquisa com alunos nas cidades de Castro e Lapa, no estado do Paraná, subdividiu em quatro grupos principais:

- a) Psicológico: as vivências e comportamentos do educando estão sujeitos a mudanças por influência do turismo, alterando objetivamente as motivações, preferências, valores e atitudes.
- b) Sociológico: as observações e relações no meio em que vivem são interativas com o turismo como fenômeno social, proporcionando novos contatos, experiências e integração entre os alunos, com os professores e com a comunidade em geral.
- c) Cultural: o conhecimento do patrimônio histórico-cultural e o contato com outras culturas, tradições, hábitos e costumes da população local transformam-se em experiências enriquecedoras, promovendo o intercâmbio entre visitantes e visitados.
- d) Ambiental: a apreciação gera consciência para aumentar a preservação da herança natural como fator de potencial turístico da localidade.

Cabe ressaltar que as propostas de turismo pedagógico têm como objetivo central contribuir com o processo ensino-aprendizado dos alunos, ao invés de tornarem-se uma ferramenta de educação *para* o turismo. Segundo Bonfim (2010, p. 127):

É importante destacar que não se pretende com a proposta do turismo pedagógico, sensibilizar o morador para colaborar com o desenvolvimento da atividade turística (preparar o jovem para bem atender e receber o turista). O

propósito é ainda mais abrangente, pretende-se sensibilizá-lo como cidadão, mostrando a importância e a representatividade dos espaços naturais e culturais, como referenciais mentais significativos da vida e da construção do cotidiano de uma forma prazerosa.

Identificar na prática turística uma forma de sensibilização para preservar elementos naturais e culturais pode ser mais eficiente do que insistir em argumentos legais que, na maioria das vezes, não são cumpridos e fiscalizados. Dessa forma, desenvolver projetos de turismo pedagógico em instituições de ensino público e privado possibilitará resultados positivos acerca do patrimônio natural e cultural das diferentes regiões do país.

Ressignificação e preservação do patrimônio

Nas últimas décadas muito se tem discutido acerca da necessidade de preservação dos elementos naturais e culturais. Sua importância é tamanha para a humanidade que em 1972 a Unesco publicou a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, com base na crescente ameaça de destruição deste patrimônio nos países membros, trazendo prejuízos para a coletividade.

De acordo com a Convenção de 1972, a Unesco define que patrimônio cultural são os monumentos, os conjuntos arquitetônicos e os sítios, cujo valor histórico se refletem na humanidade. Mais tarde, em 2003, a Unesco amplia esta proteção a partir do conceito de patrimônio cultural imaterial, caracterizado como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, que os grupos reconhecem como parte de seu patrimônio, sendo transmitido de geração em geração e recriado pelas comunidades em função de suas dinâmicas.

O significado antropológico de cultura (*culture*, em inglês) foi desenvolvido pela primeira vez por Edward Tylor (apud Laraia, 2009, p. 25), segundo o qual “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Esse “complexo” é reafirmado por Laraia (2009, p. 45), ao dizer que “o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado.

Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam”, e acrescenta ainda que esse patrimônio cultural possibilita “inovações e invenções”.

Quanto ao patrimônio natural, a Convenção de 1972 da Unesco considera as formações físicas, biológicas, geológicas, fisiográficas e os sítios naturais. Segundo Scifoni (2008), a compreensão da natureza como parte do legado cultural para as futuras gerações foi resultado da evolução do conceito de patrimônio cultural, reconhecendo importância da cultura entendida como produto de uma relação com a natureza. “Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz” (Scifoni, 2008, p. 9).

O processo de conscientização em relação aos meios naturais e culturais é fundamental para estabelecer valores em uma sociedade, conforme destacam Zanirato & Ribeiro (2006, p. 252):

Os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio cultural são considerados ‘manifestações ou testemunho significativo da cultura humana’, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo. Em se tratando do patrimônio natural, a avaliação é ainda maior, posto que a salvaguarda dos recursos materiais e do conhecimento tradicional sobre os usos desses recursos é tida como essencial para a garantia de uma vida digna para a população humana. Apesar disso, outros interesses são identificados na conservação do patrimônio natural, em especial a intenção de reservar informação genética nas áreas protegidas para uso futuro.

Para garantir o uso futuro dos bens naturais e culturais é fundamental que a população tenha conhecimento destes locais e esteja preparada para preservar. Para isso, os locais devem ser reconhecidos como parte do patrimônio destes sujeitos, o que, muitas vezes, não ocorre na prática.

Como parte das estratégias visando à preservação, a ressignificação é um processo de transformação do olhar do indivíduo, de seu entendimento acerca dos bens naturais e culturais. Tal processo está associado às lembranças do grupo de referência, no qual os indivíduos fazem parte. Segundo Halbwachs (1990), enquanto existe apego afetivo em uma comunidade, as

lembranças permanecem *vivas*, do contrário, caem no esquecimento. O autor afirma ainda que a lembrança é reconhecimento do que já foi visto, além de se caracterizar como uma reconstrução, pois resgata acontecimentos e vivências passadas, inserindo-as no contexto atual.

Ao resgatar as lembranças, o grupo estará construindo o que Halbwachs (1990) chama de “memória coletiva”, acumulando eventos acontecidos durante anos de história e ressignificando-os, perante os quais o indivíduo manifesta um sentimento de pertencimento. Assim, a ressignificação ocorre a partir de um novo contexto e um novo significado que é atribuído ao patrimônio, fazendo com que o mesmo adquira uma importância que até então poderia ser inexistente ou ainda correria o risco de cair no esquecimento.

Procedimentos metodológicos

Para realização do estudo comparativo, foram selecionadas duas turmas (“A” e “B”) em uma escola municipal de ensino fundamental, localizada no bairro Restinga, em Porto Alegre. Com a turma “A” foram realizadas 3 palestras acerca do turismo e sua relação com a natureza e a cultura, sua importância para as comunidades, ressaltando sempre a preservação como forma de valorização da vida. Além desta abordagem formal, foram realizados passeios em atrativos de Porto Alegre e entorno – práticas de turismo pedagógico –, estimulando um processo de ressignificação (Parque Itapuã, Casa de Cultura Mario Quintana, Museu Militar e Igreja Nossa Senhora das Dores).

A turma “A” era composta de 18 alunos, de 11 a 14 anos, mas apenas 8 participaram efetivamente do projeto; devido problemas pessoais muitos faltavam à aula com frequência. O perfil é de um grupo com dificuldade de aprendizado (escrita, leitura e compreensão), que não consegue acompanhar as demais turmas na faixa etária/escolar. Segundo o relato de professores, as dificuldades relacionam-se à situação de vulnerabilidade social que os mesmos se encontram. São crianças bastante agitadas, alguns apresentando maior agressividade, na fala ou nas atitudes.

Com o grupo “B” não foram realizadas atividades como palestras e visitas, sendo aplicado apenas o questionário. A turma possui 22 alunos, com faixa etária similar ao grupo “A”, sendo que 13 alunos estavam em sala e 11 participaram da avaliação.

O instrumento de avaliação (questionário) foi elaborado com base nas dificuldades de leitura e escrita apresentadas pelas crianças do grupo “A”. Assim, das 3 questões propostas, 2 delas envolvem a identificação de figuras (questões fechadas), enquanto a terceira propõe a elaboração de um desenho (questão aberta). A compreensão das questões mediante leitura foi feita em conjunto com o grupo “A” e, conforme necessário, individualmente para sanar dúvidas. O mesmo instrumento foi aplicado com a turma “B”, sendo que não possuíam dificuldades de leitura. A partir dos resultados, procedeu-se à análise quanti e qualitativa.

Resultado e análise

O processo de conscientização acerca da importância dos bens naturais e culturais é de grande valia para estabelecer valores em uma sociedade. A implantação desse projeto trouxe a possibilidade de estimular desde a infância o fortalecimento de ideias relativas à preservação e participação.

Durante as palestras foram apresentadas as informações sobre o projeto, datas, lugares a serem visitados e a relação entre turismo e patrimônio natural e cultural. A maioria dos alunos não conhecia os lugares e os assuntos a serem abordados, pois o turismo figura como algo distante da realidade destas crianças. Porém, buscaram compreender os temas abordados, mediante perguntas diversas, inclusive sobre assuntos cotidianos.

Já na primeira palestra foi possível perceber as dificuldades do grupo no que tange à leitura, o que fez com que nos demais encontros as apresentações fossem baseadas em imagens, relacionando destinos turísticos desconhecidos pelo grupo, com locais da região onde vivem. As crianças demonstravam grande agitação na sala de aula, o que limitava sua concentração e apropriação do conhecimento.

O primeiro passeio foi realizado no Parque Estadual de Itapuã, na cidade de Viamão, distante 24 km do bairro Restinga. O grupo mostrou-se bastante receptivo à proposta. Primeiramente assistiram a um vídeo e diversas perguntas foram feitas ao representante do Parque que acompanhou a visita. Após, realizou-se uma trilha em meio à mata nativa, com acompanhamento de um monitor ambiental, que respondia aos questionamentos e explicava sobre a importância da conservação daquele espaço. No retorno da trilha foi oferecido o almoço, onde as crianças perceberam as possibilidades de lazer e a importância de usufruir daquele local de forma consciente e harmônica junto à natureza. Durante a visita, as crianças lembravam informações abordadas nas palestras em sala de aula, como a questão de não maltratar animais ou jogar lixo no chão. Além disso, o grupo mostrou-se mais atento ao que era falado, pois estavam ao mesmo tempo ouvindo e participando da *aula*. Outro fato relevante é a interação entre crianças, professores e a equipe do projeto, pois até então existia uma relação de distanciamento entre a equipe e os alunos, reforçada pela maneira formal do processo ensino-aprendizagem. Com o passeio, as crianças apresentaram comportamentos diferentes daqueles identificados em sala de aula, como a preocupação com um colega que se machucou ou a divisão do lanche – inclusive oferecendo aos *desconhecidos* da equipe do projeto.

O segundo passeio foi realizado em espaços culturais do município. Na Casa de Cultura Mario Quintana, um centro que apresenta múltiplas formas de manifestação cultural, foi realizada uma visita guiada por monitores do local, apresentando elementos históricos acerca do prédio e sua importância para a cidade. Seguiu-se para o Museu Militar e para a Igreja Nossa Senhora das Dores, devido sua proximidade. Durante estas atividades, algumas crianças falaram sobre seu gosto pela arte, pelo desenho, pela música, ao mesmo tempo em que deixavam à mostra seus medos – de altura, de escuro, da polícia. Antes da visita ao Museu Militar, principalmente os meninos, estavam receosos com o contato com os militares, imagem que foi logo desfeita, pela hospitalidade com que foram recebidos no Museu. No retorno, um dos alunos até manifestou desejo de ser militar no futuro.

Vivenciadas as práticas de turismo pedagógico propostas pelo projeto, partiu-se para o levantamento de dados. Na avaliação com o grupo “A”, quando questionados sobre figuras com

conteúdo cultural ou natural, alguns ainda mostraram dúvidas. Foram representadas oito imagens (capoeira, Negrinho do Pastoreio, Cataratas do Iguaçu, Fundação Iberê Camargo, Estado Maior da Restinga – escola de samba do bairro –, hip hop, churrasco, Parque Estadual de Itapuã), sobre as quais 69% das crianças identificaram os atrativos culturais e 50% os bens naturais. Foi possível perceber um acerto maior sobre representações e locais já conhecidos e experiências vivenciadas, como a capoeira, a Fundação Iberê Camargo (visitada anteriormente), a Estado Maior da Restinga e o Parque Estadual de Itapuã.

Na segunda questão, os alunos deveriam elaborar um desenho sobre o que consideram turismo, e as respostas foram agrupadas em 3 categorias: história, cultura local e natureza. O turismo foi representado com paisagens naturais, locais históricos (Casa de Cultura Mario Quintana e igreja) e danças como o hip hop.

Para verificar se as crianças conhecem locais turísticos da região, na questão 3 foram apresentadas 10 fotos (Esplanada da Restinga, Santuário Mãe de Deus, Parque Estadual de Itapuã, Jardim Botânico, Museu Militar, Igreja Nossa Senhora das Dores, Casa de Cultura Mario Quintana, Usina do Gasômetro, Parque Farroupilha, calçadão de Ipanema) para que respondessem se conheciam ou não o local. Com exceção da Esplanada da Restinga, os demais espaços que a maioria dos alunos indicou conhecer foram locais visitados durante o projeto, reforçando a necessidade deste tipo de atividade para que as crianças das áreas periféricas possam conhecer espaços que fazem parte da história da própria cidade. Este processo contribuiu para o senso de pertencimento e identidade das crianças, permitindo que seu horizonte fosse ampliado e que os locais visitados recebessem um novo significado devido a sua experiência nos locais.

Na avaliação realizada com a turma “B”, os resultados foram mais positivos na primeira questão onde 88% identificaram quais eram os bens culturais e 100% os bens naturais. Na elaboração dos desenhos, novamente foram agrupados em 3 categorias: história, natureza e deslocamento, com representações de paisagens naturais, museus e igrejas, e pessoas passeando a pé ou de carro.

Quanto à terceira questão, embora o conhecimento acerca do que é natural e cultural tenha sido maior pelo grupo “B”, estes alunos não conhecem a maioria das referências, como o

Parque Estadual de Itapuã e a Casa de Cultura Mario Quintana. Esse olhar sobre espaços públicos que incentivam a preservação da cultura e da natureza é de extrema importância para formação de cidadãos atuantes em sua comunidade.

A grande diferença entre as respostas sobre natureza e cultura do grupo “A” e “B” centra-se nas dificuldades de aprendizado dos alunos do primeiro grupo. As palestras e passeios realizados não mostraram ser suficientes para que os alunos percebessem a diferença entre elementos naturais e culturais, sendo necessário um trabalho mais aprofundado. O fato de conhecer o local faz com que a percepção torne-se mais aguçada para este perfil, conforme demonstrado nas respostas sobre o Parque Estadual de Itapuã, pois a maioria conhece e indicou como natural. Já as Cataratas do Iguaçu não foram visitadas por nenhum dos alunos, e a maioria indicou como sendo um bem cultural.

Uma das principais contribuições do projeto está no fato de oportunizar a socialização de crianças com vulnerabilidade social através da realização de práticas turísticas associadas ao ensino, o que caracteriza o turismo pedagógico. Além disso, os locais visitados até então não eram conhecidos, o que criava um distanciamento sobre os mesmos. No momento em que através da experiência os espaços tornam-se parte da memória coletiva do grupo, cujas lembranças são ressignificadas, seu valor passa a ser especial e o interesse em preservar também.

Considerações finais

O processo de conscientização em relação aos meios naturais e culturais é de grande importância para estabelecer valores em uma sociedade. O turismo também é beneficiado com a relevância desses bens e a implantação deste projeto possibilitou estimular um fortalecimento de ideias relativas à preservação.

As dificuldades de aprendizado apresentadas pelos alunos do grupo “A” fizeram com que o projeto fosse repensando, com alterações na abordagem das palestras, bem como no instrumento avaliativo. No entanto, acreditamos que estas dificuldades possam ser minimizadas através de um trabalho voltado para práticas de turismo pedagógico, visto que o fato de conhecer locais

diferentes e associar um aprendizado a eles é mais eficiente e estimulante em crianças inquietas e agitadas, pois o processo de concentração manifesta-se de outra forma.

É inegável que através do projeto as crianças tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, compreendendo melhor a importância da preservação do meio ambiente e da cultura, inclusive como forma de atuação profissional futura. Por outro lado, é possível perceber o quanto a condição social interfere no processo ensino-aprendizagem, deste a questão da frequência às aulas e envolvimento com projetos diversos, até o fato de considerarem-se capazes para a apropriação do conhecimento. Em muitos momentos, cabe refletir-se até que ponto estas crianças vêem o conhecimento e o acesso ao ensino como um direito, dentre tantos outros que lhes são confiscados.

Por fim, o projeto demonstrou que a estratégia metodológica de ensino-aprendizagem por meio do turismo pedagógico é uma opção que propicia ao aluno com dificuldade de aprendizado outra forma de aprender que não os métodos tradicionais, socializando-se com outras pessoas e com um patrimônio que também é seu.

Referências

- BENI, M. C. (2002). *Análise Estrutural do Turismo*. (7ª ed). São Paulo: Senac.
- BONFIM, M. S. (2010). Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. *Turismo: Visão e Ação*. 12 (1), 114-129.
- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- GOHN, M.G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, 14 (50), 27-38.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HORA, A.S.S., & CAVALCANTI, K.B. (2003). *Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar*. In: REJOWSKI, M., & COSTA, B.K. (orgs.). *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas.
- LARAIA, R. B. (2009). *Cultura: um conceito antropológico*. (24ª ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- MACHADO, A. B. (2011). O turismo pedagógico e as possibilidades de ampliação de olhares: uma análise sobre a sistemática dos processos de tombamento de bens patrimoniais paranaenses. *Anais do Congresso Internacional de História*. 1407-1418.

IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo

- MILAN, P. L. (2007). *Viajar para aprender: turismo pedagógico na região dos Campos Gerais - PR*. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. (2010). *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: [s. ed.].
- MOREIRA, J. L. P., AVILÉS, M. A. Y., & VALLE, J. E. G. (2009). Turismo Educativo: propuesta de creación de un programa de enseñanza de español para extranjeros. In: *Repositorio de la Escuela Superior Politécnica del Litoral*. Disponível em: <http://www.dspace.espol.edu.ec/handle/123456789/61>. Acesso em: 12/11/2011.
- MONTEIRO, C. (1995). *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- PERINOTTO, A. (2008). Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*. 8 (1).
- SCIFONI, S. (2008). *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Labur Edições.
- UNESCO (1972). *Convenção para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*.
- ZANIRATO, S. H., & RIBEIRO, W. C. (2006). Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. 26 (51), 251-262.